



Galvão

Φ.

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARÕES SÃO ROMÃO

### ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARÕES S. ROMÃO

ATA Nº 03/2026

----- Ao trigésimo dia do mês de junho de 2026 reuniu, pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia, em terceira sessão ordinária convocada pelo seu Presidente, João Manuel Fraga Novais, a Assembleia de Freguesia de Arões São Romão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

#### 1. ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1. Apreciação e votação da última ata da Assembleia de Freguesia. -----

#### 2. ORDEM DO DIA -----

2.1. Análise da informação escrita do Senhor Presidente da Junta acerca das atividades da Junta de Freguesia e situação financeira da autarquia; -----

2.2. Apreciação, discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e 2ª Alteração Modificativa ao PPI; -----

#### 3. PÓS ORDEM DO DIA-----

3.1. Espaço de intervenção aberto ao público. -----

----- Ainda antes do início da sessão, foi entregue pela Bancada da Coligação “Por Fafe, sempre”, um pedido de substituição do Deputado desta Bancada, Domingos Rodrigues Silva pelo Deputado da mesma Bancada André Costa. Nesta sequência, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi esta Bancada alertada para a necessidade de terem de ser apresentadas mais duas declarações de substituição, no caso, dos Deputados Fábio

Costa e Dânia Monteiro, por serem os Deputados eleitos seguintes a Domingos Rodrigues Silva na lista de Deputados da referida Bancada. -----

----- Presidiu à reunião o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, João Novais, coadjuvado por Gabriela Salgado, Primeira Secretária e por Carla Lopes, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos atrás mencionados, os seguintes Membros: -----

----- Do Partido Socialista (PS): Samuel Costa, Francisco Castro e Teresa Neves. -----

----- Da Coligação “Por Fafe, Sempre”: Natália Leite, Susana Peixoto e André Costa. -----

----- A Junta de Freguesia esteve representada nesta sessão por Joel Fernandes, Andreia Miranda e Leandro Oliveira, Presidente, Secretária e Tesoureiro respetivamente. -----

----- Às 21 horas e 20 minutos, constatada a existência de Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia saudou os presentes e declarou aberta a sessão. -----

----- Entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos - Ponto 1.1 da ordem de trabalhos - *apreciação e votação da última ata da assembleia de freguesia* – o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra aos Deputados presentes para se pronunciarem sobre a ata em análise tendo a Deputada da Bancada da Coligação “Por Fafe, Sempre”, Natália Leite, pedido a palavra para referir que, tal como na sessão anterior, a ata em análise não reflete integralmente o que se passou na assembleia a que a mesma se reporta sendo, na opinião da Deputada Natália Leite, demasiado sucinta nuns pontos e demasiado detalhada noutros pontos e sempre em detrimento de uns e a favor de outros. Sem mais intervenções sobre este ponto, foi a ata aprovada por maioria com 5 votos a favor da Bancada do PS e 2 votos contra da Coligação “Por Fafe, Sempre” , tendo ficado registado que o Deputado da Bancada da Coligação “Por Fafe, Sempre”, André Costa, não participou na votação por não ter estado presente na sessão a que a ata se reporta e que no momento da votação da ata a Deputada do PS, Teresa Neves, não se encontrava presente na sala e, como tal, também não participou na votação da mesma. -----

----- De seguida, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra aos Deputados presentes para, querendo, pronunciarem-se sobre outras questões que considerem pertinentes e pretendam ver esclarecidas, tendo os Deputados da Bancada

*Salgado*  
*Carla*

“Por Fafe, Sempre “, André Costa e Natália Leite e o Tesoureiro da Junta de Freguesia, Leandro Oliveira, pedido a palavra. Iniciou a sua intervenção o Deputado André Costa para questionar qual o motivo pelo qual da ata da anterior sessão não consta a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia quando referiu que o Deputado em causa não é sério, ao contrário do que acontece com a intervenção do cidadão Domingos Leite, que usou da mesma expressão em relação ao Presidente da Junta. Referiu, também, não ter ouvido o comentário da Secretária da Assembleia de Freguesia, Gabriela Salgado, quando, no decurso da sessão em causa referiu, a propósito de uma intervenção deste Deputado, que se o mesmo estivesse incomodado poderia retirar-se, mais dizendo que se tivesse ouvido teria algumas coisas para dizer. Em resposta, disse a Secretária em causa, que tanto ouviu que até lhe respondeu. Continuou a sua intervenção André Costa, para dizer que ao contrário do que também consta da ata em causa, nunca disse que expunha o caso dos postes nas redes sociais, afirmando que colocar na ata uma coisa que não tem correspondência com o que se passou não é correto. Prosseguiu a sua intervenção, desta feita para dar conhecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de uma situação relacionada com os consortes da água à beira da casa da Rosário dizendo que a situação tem que se resolvida porque não chega aos consortes, uma vez que está entupida. -----

-----Terminada a intervenção de André Costa, usou da palavra a Deputada Natália Leite para colocar uma questão relacionada com a data de envio da convocatória, pretendendo ser esclarecida sobre o motivo pelo qual a convocatória foi assinada no dia 15 de junho, mas só foi enviada a 23 de junho, não cumprindo assim com a antecedência mínima legal de oito dias exigida pelo Regimento da Assembleia de Freguesia. Em resposta, disse o Presidente da Assembleia de Freguesia que iria verificar o que se passou e na próxima Assembleia daria o devido esclarecimento e a justificação do eventual atraso. -----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Tesoureiro da Junta de Freguesia, Leandro Oliveira, para esclarecer os presentes sobre duas questões colocadas na sessão anterior que não foram devidamente esclarecidas no decurso da mesma. Iniciou a sua intervenção esclarecendo, em primeiro lugar, a questão que tinha sido colocada pela Bancada da Coligação “Por Fafe, Sempre” a propósito da rubrica “Bens de Investimento”, sobre que bens estavam incluídos nesta rubrica no valor de 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros). Disse Leandro Oliveira que nesta rubrica não estava

incluída a venda do terreno, como foi dito, venda esta que ocorreu em 2024, nem qualquer outra venda, mais afirmando que a rubrica em causa era, apenas, uma previsão relativa à venda de bens de capital consubstanciada, no caso concreto, na venda do autocarro da Junta, mas que não chegou a efetivar-se uma vez que o autocarro foi doado tendo, em conformidade, sido corrigida a respetiva dotação. Esclarecido este ponto passou, então, o Tesoureiro da Junta ao esclarecimento da segunda questão relativa à rubrica “transferências e subsídios correntes”, nomeadamente no que à quota à ANAFRE diz respeito que, segundo a Bancada da Coligação “Por Fafe, Sempre”, estava mal classificada na rubrica “Associativismo”. Disse Leandro Oliveira que a rubrica “Associativismo” não existe. O que existe, nos termos da legislação aplicável, são transferências para organismos públicos e transferências para organismos não públicos, sem fins lucrativos e a quota da ANAFRE está incluída nas transferências para organismos públicos, mais esclarecendo que as transferências para organismos sem fins lucrativos estão incluídos nesta mesma rubrica “transferências e subsídios correntes”, que se subdivide entre transferências para organismos públicos e transferências para organismos não público, sem fins lucrativos, pelo que a quota da ANAFRE está bem classificada na categoria de transferências para organismos públicos, dentro desta rubrica global “ “transferências e subsídios correntes”, já que a rubrica “associativismo” não existe.-----

-----Terminada a intervenção de Leandro Oliveira, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, João Novais, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Joel Fernandes, para se pronunciar. Começou a sua intervenção respondendo ao Deputado André Costa, afirmando que a expressão que usou referente ao mesmo foi “... se o André for sério, e eu acho que é...”, mais dizendo que embora reconheça que a expressão possa ter sido interpretada como uma expressão infeliz, nunca pretendeu com a mesma colocar em causa a seriedade de ninguém. No que diz respeito à questão das águas de consortes, referiu Joel Fernandes que desconhece as obras que possam ter originado a situação descrita pelo Deputado André Costa, mas que vai tratar de averiguar o que se passou para perceber se há alguma responsabilidade da Junta de Freguesia nessa situação, sempre dizendo que por se tratar de uma obra particular deverá ser feita uma exposição à Junta de Freguesia que a remeterá para a Câmara Municipal por ser esta a entidade responsável pela fiscalização de obras particulares. De seguida e em resposta a esta intervenção do Presidente da Junta de Freguesia,

8  
Gad  
J.

perguntou novamente André Costa sobre se Joel Fernandes tinha conhecimento da situação, uma vez que lhe foi transmitido que a mesma já tinha sido reportada à Junta de Freguesia, ao que o Presidente da Junta respondeu que sobre o problema em questão, não, mas que iria verificar. -----

Gr. K. e b  
D.

----- Entrando, de seguida, no segundo ponto da ordem de trabalhos – período da ordem do dia - *Ponto 2.1 - Análise da informação do Senhor Presidente da Junta acerca das atividades da Junta de Freguesia e situação financeira da autarquia*, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para explicação do documento que, no uso da mesma, questionou os presentes sobre se tinham alguma questão a colocar sobre o documento em análise - informação escrita acerca das atividades da Junta de Freguesia, tendo as Deputadas da Coligação “Por Fafe, Sempre”, Susana Peixoto e Natália Leite e a Secretária da Junta de Freguesia, Andreia Miranda, manifestado vontade de usar da palavra. Iniciou a intervenção Andreia Miranda para informar os presentes sobre a realização, nos dias 18 e 19 de julho, da Feira de Artesanato de Arões São. Romão. De seguida, pela Deputada da Coligação “Por Fafe, Sempre”, Susana Peixoto foi chamada a atenção para o facto de no item “Segurança e Proteção Civil” aparecer duas vezes o mesmo ponto, ou seja, o primeiro e último ponto são iguais. Também a Deputada da Coligação “Por Fafe, Sempre”, Natália Leite, usou da palavra para referir que, no seu entender, não é salutar para quem assiste à Assembleia de Freguesia não ter conhecimento do que consta na Informação escrita, ainda para mais quando se pretende que as assembleias sejam participativas. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que a informação escrita, tal como já referiram várias vezes, se baseia numa descrição detalhada do trabalho executado pela Junta de Freguesia ao longo do período em causa, mas sem referir, em concreto, em que se materializam as ajudas à população, quais as diligências efetuadas, ou seja, demonstra atividade da Junta de Freguesia, mas sem fornecer elementos que permitam fiscalizar o que realmente foi feito ou não. ----- Prossegue a sua intervenção Natália Leite, questionando a propósito do item “Segurança e Proteção Civil”, quantas participações foram feitas pelo Executivo às autoridades competentes, se dessas participações resultou alguma resolução prática, se as mesmas tiveram o efeito útil pretendido, se as pessoas viram os seus problemas resolvidos, qual o tempo médio de resposta a estas comunicações por parte das entidades a quem as mesmas foram colocadas. Relativamente à limpeza dos terrenos

particulares, pretende a Deputada Natália Leite saber se o pedido de ajuda que o executivo disse que ia efetuar à Câmara Municipal a este propósito foi atendido ou não, se a própria Junta resolveu a questão, se foram efetuadas diligências adicionais para dar resposta à situação em causa, em suma, se o problema foi resolvido e o que foi feito pela Junta de Freguesia para o resolver. No que diz respeito à Ação Social, refere Natália Leite que, não obstante reconhecer que muitas das questões não são da competência da Junta de Freguesia e que, portanto, têm que ser remetidas a quem de direito, tem a Junta que funcionar como primeiro ponto de contacto, pelo que pretende saber se a Junta se limita a encaminhar as mesmas ou se, pelo contrário, acompanha as questões que reencaminha junto das entidades competentes até à sua resolução e, também, se algumas das questões que reencaminhou foram já resolvidas.

----- Terminada a intervenção da Deputada Natália Leite, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que, na sequência da intervenção da Deputada Natália Leite sobre o porquê de não ser lida a informação escrita, referiu que se a Deputada pretende que a informação escrita seja lida a mesma será, não sem antes se pronunciar sobre a intervenção da mesma sobre a informação escrita para referir que aquilo que a Deputada pediu foi um relatório de atividades e que não é esse o objetivo do documento em análise. Mais disse Joel Fernandes, que dos problemas que chegam ao conhecimento da Junta de Freguesia e a si próprio tem, ao momento, apenas uma questão pendente e que prevê resolver a muito curto prazo, pelo que não há listas de espera. De seguida e em resposta àquilo que a Junta faz, deu Joel Fernandes como exemplo o caso de um casal que se dirigiu à Junta de Freguesia por indicação do Lar, tendo a Junta de Freguesia reencaminhado o mesmo para a Segurança Social, por ser esta a entidade com competência para a resolução da questão em causa, reforçando que é este o papel da Junta de Freguesia, ou seja, resolver os assuntos que são da sua competência e reencaminhar os que não são e dos quais tem conhecimento para as entidades competentes. -----

----- De seguida foi, então, pelo Presidente da Junta de Freguesia solicitada a leitura da Informação escrita, não sem antes ter pedido autorização para tal ao Presidente da Assembleia de Freguesia, tendo a referida informação escrita sido lida pela Secretária da Junta de Freguesia, Andreia Miranda.-----

----- Terminada a leitura do documento, foi pelo Presidente da Assembleia Freguesia, João Novais, dada a palavra aos Deputados presentes para se pronunciarem, querendo,

l  
Gr. Kado  
φ.

tendo a Deputada Natália Leite manifestado vontade de usar da palavra. No uso da mesma e também em resposta à intervenção anterior de Joel Fernandes, disse a Deputada que a sua intervenção não teve que ver com as atividades que a Junta faz, mas, antes, com o acompanhamento que é dado pela própria Junta às situações que reencaminha para outras entidades por não serem da sua competência, reiterando a afirmação já mencionada em Assembleias anteriores de que, no seu entendimento, as informações escritas são repetitivas. No que diz respeito à Instituição que preside, refere Natália Leite que acompanha as situações da maneira que pode e como pode e que acha que não existem razões de queixa. Usou, depois, da palavra Joel Fernandes para afirmar, apenas, e a propósito da afirmação de Natália Leite de que as informações escritas são repetitivas, que o que consta das mesmas são as atividades-base da Junta de Freguesia e que nada mais tem a dizer sobre o assunto. -----

----- No que diz respeito à situação financeira da Freguesia nenhum dos Deputados presentes manifestou vontade de usar da palavra tendo, contudo, o Tesoureiro da Junta de Freguesia, Leandro Oliveira, feito uma breve leitura do documento em causa e referido alguns dos valores no mesmo vertidos, documento para cujo conteúdo remetemos e cujo teor aqui damos por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos. Finda a intervenção de Leandro Oliveira, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia para esclarecer os presentes sobre o facto da rubrica “receitas de capital” estar a 0,00€ (zero euros), informando que tal se deve ao facto de não ter havido transferências de capital do Município para as Freguesias em virtude de o protocolo de investimento estar a ser alterado e estarmos, portanto, numa fase de transição sobre o modo como o Município quer delegar às Juntas de Freguesia o investimento.-----

----- Passou-se, seguidamente, ao Ponto 2.2. *Apreciação, discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e 2ª Alteração Modificativa ao PPI.* -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para explicação do documento que, por sua vez, passou a palavra a Leandro Oliveira, Tesoureiro da Junta de Freguesia. No uso da palavra, disse Leandro Oliveira que estão a ser efetuadas alterações à forma de transferência, quer de receitas de capital quer de receitas correntes, e que esta alteração tem, precisamente, que ver com isso. Continuou a sua intervenção dizendo que, tal como referido na Assembleia anterior, as receitas de investimento iriam diminuir, ou seja, uma parte das receitas de capital será canalizada

Goelack  
P.

para as receitas correntes e haverá mais autonomia nas despesas correntes, sendo que é nisto que se traduz esta alteração referindo, depois, os valores que estão em causa, valores para cuja leitura do documento em análise remetemos e aqui damos por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. Prosseguiu, dizendo que o valor aí mencionado será, então, retirado das receitas de capital e canalizado para receitas correntes, nomeadamente, no reforço da verba para limpeza de vias. Mais refere que o valor de cerca de 27.000,00€ (vinte e sete mil euros) incluído na página 1 do documento em causa já está recebido e diz respeito ao primeiro semestre do ano.---

----- No que diz respeito à alteração ao orçamento, referiu Leandro Oliveira que o valor de 55.200,75€ (cinquenta e cinco mil e duzentos euros e setenta e cinco cêntimos) foi distribuídos pelas rubricas que a Junta considera mais importantes tendo em conta as atividades que a mesma pretende desenvolver e que estão elencadas no referido documento.-----

----- De seguida, foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento em análise, tendo a Deputada da Coligação “Por Fafe, Sempre”, Natália Leite, manifestado vontade de usar da palavra. No uso da mesma, questionou por que motivo agora se vota uma alteração para reduzir verba quando na Assembleia anterior se votou uma alteração para aumentar verba, nomeadamente no valor de cerca de 50.000,00€ (cinquenta mil euros). Em resposta a Natália Leite, referiram Leandro Oliveira e também Joel Fernandes que esta quantia de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) a que se refere a Deputada não tem que ver com nenhum aumento de verba, com nenhum reforço efetuado, com nenhuma alteração efetuada, mas sim com o valor referente ao saldo de gerência anterior e que tem de ser incluído no orçamento de 2026. Questionada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia sobre se a sua dúvida tinha ficado esclarecida, referiu a Deputada Natália Leite que não e que pretende que a questão seja devidamente esclarecida na próxima Assembleia, à qual voltará, pois entende que o erro de análise não resulta da sua parte, mas sim da insuficiente explicação por parte do executivo sobre o ponto em causa. Por fim, pediu a palavra a Primeira Secretária da Assembleia de Freguesia, Gabriela Salgado, para, nesta qualidade e dirigindo-se à Deputada Natália Leite quando esta a acusa de parcialidade na elaboração das atas, afirmar que elabora as atas da melhor forma que pode e sabe e que enquanto desempenhar esta função as atas serão elaboradas exatamente da mesma forma que sempre foram, mais dizendo que se um dia a Deputada Natália Leite

G= Gdo  
φ

ocupar esse mesmo lugar, redigirá as atas da forma que entender. Em resposta, afirmou Natália Leite que Gabriela Salgado ocupa aquele lugar porque foi essa a função para a qual foi eleita afirmando, também, que as atas anteriores eram, sim, transcrições rigorosas das assembleias, o que não acontece atualmente, nomeadamente com a ata de dezembro, apelando a que se passem, então, a fazer atas e não transcrições (isto em resposta a João Novais que, sobre o ponto em discussão, referiu que o que a Secretária da Assembleia de Freguesia faz são transcrições e não atas), mas sem limitar aquilo que é dito, quer pelo executivo quer pela oposição ou, por outras palavras, limitando de igual modo quer as intervenções da oposição quer as intervenções do executivo, o que no seu entender não se verifica. Por fim, pediu a palavra o Presidente da Junta de Freguesia para esclarecer a questão da Deputada Natália Leite a propósito das primeiras alterações modificativas ao orçamento e ao PPI. Disse Joel Fernandes que esteve a consultar a documentação da assembleia anterior no que diz respeito às alterações modificativas mencionadas, explicando a alteração efetuada, explicando a distribuição da verba em causa pelas diferentes rubricas, lendo essa mesma distribuição e concluindo que, tal como referido anteriormente, esta verba resulta da inscrição do saldo de gerência anterior que vem reforçar as rubricas em causa. -----

Sem mais intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos, foi a *2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e 2ª Alteração Modificativa ao PPI* aprovada por maioria, com 6 (seis votos) a favor, da Bancada do PS e 3 (três) abstenções da Bancada da Coligação "Por Fafe, Sempre". -----

----- Entrando por fim, no último ponto da ordem de trabalhos, Ponto 3.1 - *Espaço de intervenção aberto ao público*, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra aos cidadãos presentes para se pronunciarem, querendo. Pediram a palavra os cidadãos Agostinho Pereira e Ana Salgado, a quem a mesma foi dada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia por ordem de inscrição. Iniciou, então, a sua intervenção o cidadão Agostinho Pereira que, no uso da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, referiu durante a sessão ouviu durante a sessão que a Junta de Freguesia de Arões São Romão faz coisas que as outras Juntas de Freguesias não fazem, mas que, no seu entender, há coisas que as outras Juntas de Freguesia não fazem e que a Junta de Freguesia de Arões São Romão deveria fazer, dando como exemplo o apoio que a Junta

↓  
Gadalo  
Φ

de Freguesia deveria dar e não dá na obtenção do atestado multiusos e dos complementos de reforma à população que dos mesmos carecem e que, muitas das vezes, não tem conhecimento dos mesmos nem da forma como os obter. Mais refere que a Junta de Freguesia só tem razão de existir se for para prestar um verdadeiro serviço público à população, caso contrário, não é necessária, seja de que partido for. Prossegue a sua intervenção, desta feita para lamentar que não se possam fazer intervenções na Estrada Nacional 206, como foi referido (sempre dizendo que na altura de eleições, as obras fazem-se, ainda que não se possa), uma vez que a estrada em causa carece de lombas, de semáforos, de sinais de limitação de velocidade, entre outras coisas. Continuou a sua intervenção Agostinho Pereira para, dirigindo-se a João Novais, referir que quando os Presidentes das Assembleias de Freguesia são eleitos, devem despir a sua veste partidária e executar o trabalho com isenção o que, no seu entender, não acontece com João Novais que não consegue despir-se da sua veste socialista. Termina a sua intervenção dizendo que, fruto do sucedido em Assembleias anteriores, existe atualmente na Assembleia de Freguesia um clima de desconfiança total que não tem razão de ser e que deverá terminar, uma vez que somos todos aronenses, todos amigos, independentemente da ideologia política e da visão que cada um tem para a Freguesia. Refere, também, que quem está no poder tem de aceitar que há oposição e valorizar a opinião da mesma, isto se se pretende que os cidadãos participem nas Assembleias de Freguesia e que as mesmas não se limitem à presença dos Deputados eleitos pelos respetivos partidos políticos. -----

Terminada a intervenção de Agostinho Pereira, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra à cidadã Ana Salgado. No uso da mesma, referiu que é de Arões desde pequena, que saiu e regressou e que folga em ver que a Vila cresceu bastante, dizendo também que participa agora nas Assembleias por entender que tem o dever de o fazer e de exercer a sua parte cívica. Prossegue a sua intervenção dizendo que, e a propósito das declarações de Agostinho Pereira sobre a não participação dos cidadãos nas Assembleias, que o motivo desta ausência não tem que ver com o dia em que a mesma é realizada, mas, antes, com aquilo que se passa no decurso da mesma. Refere que a própria assistiu a três assembleias e que na última delas saiu passado 2 horas por estar chocada com aquilo que ouviu por parte de um cidadão, manifestando o seu espanto por verificar que o cidadão em causa não é um mero cidadão, sem responsabilidade política, mas, antes, um Deputado que se encontra sentado numa das

Salgado  
A.

Bancadas da Assembleia de Freguesia. Continuando, diz que aquilo que continua a ver nas Assembleias é fiscalização de atos pessoais, ataques pessoais, preciosismos sobre coisas de somenos importância e que continua a sentir que aquele não é o local onde pode expor os seus problemas, sentindo-se ofendida enquanto cidadã com aquilo que se passa na Assembleia. Continua a sua intervenção respondendo à Deputada da Coligação “Por Fafe, Sempre”, Natália Leite, dizendo que na semana passada precisou de contactar a Junta de Freguesia, enviou um email ao qual obteve resposta passados dois dias e que na sexta-feira passada esteve um funcionário do Município à sua porta para resolver o problema por si reportado que foi, efetivamente, resolvido. Mais diz que, no seu entendimento, não é papel da Junta verificar se os problemas que reporta a outras entidades estão resolvidos ou não, mas sim resolver os problemas das pessoas quando estas se dirigem à Junta de Freguesia e que se as mesmas não estiverem satisfeitas com o processo devem reclamar, que é o que faria caso a sua situação não tivesse sido resolvida. Por último e desta feita em jeito de resposta a Agostinho Pereira quando o mesmo referiu que a Junta de Freguesia não presta auxílio na obtenção dos complementos de reforma, refere Ana Salgado que os seus sogros, quando questionados por ela própria e pelo filho sobre se pretendiam ajuda na obtenção do referido complemento, responderam que não, que se dirigiriam à Junta de Freguesia e que esta resolveria o problema o que, no seu entender, responde a algumas questões. -

----- Terminada a intervenção de Ana Salgado, o Presidente da Assembleia de Freguesia, João Novais, deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Joel Fernandes, para resposta às questões colocadas pelo cidadão Agostinho Pereira. No uso da palavra, disse Joel Fernandes que ninguém está mais preocupado em zelar pelos interesses da Freguesia que o próprio executivo, uma vez que para tal foi mandatado. Continua dizendo que aceita que haja fiscalização, oposição, mas que seja uma oposição construtiva e não destrutiva, pois só desta forma as propostas apresentadas terão acolhimento. Relativamente às competências da Junta de Freguesia, disse Joel Fernandes que muitas das questões colocadas por Agostinho Pereira não são da competência do executivo e que as reclamações que são reencaminhadas para o Município são-no através de uma plataforma própria onde fica o número de registo e às quais o Município, mais cedo ou mais tarde, acaba por responder, sendo que a Junta de Freguesia, quando tem conhecimento de que as reclamações ainda não foram respondidas, volta a insistir na resolução das mesmas. -----

Salgado  
J.

----- Mais refere que as funcionárias da Junta e ele próprio participam em várias ações de formações sobre assuntos vários e sabem e conseguem ajudar as pessoas em relação a muitas das questões que lhe são colocadas. No que diz respeito à Estrada Nacional 206, refere o Presidente da Junta de Freguesia que reuniu com o Presidente da Câmara a propósito do estado da mesma e ambos concordaram que a Estrada Nacional 2026 tem de passar para o Município para sofrer uma intervenção profunda já que, de outra forma, tal não acontecerá. Em relação às lombas, informou Joel Fernandes que têm sido efetuados ao Município (por ser o organismo com competência para tal) alguns pedidos de intervenção no sentido de melhorar as condições de circulação e de segurança nas vias públicas, nomeadamente, lombas, passadeiras e afins, mas que nem sempre a solução é fácil de encontrar. -----

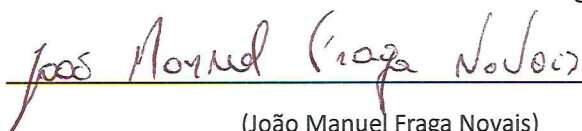
----- Seguidamente, pediu a palavra o Tesoureiro da Junta de Freguesia, Leandro Oliveira, para tentar esclarecer novamente e de forma mais clara a questão da alteração ao PPI. Disse Leandro Oliveira que tudo se resume a uma questão de registo e que aquilo que se verifica é que só há alterações de rubricas, explicando que não houve nenhuma diminuição de verba, mas, apenas, uma reorganização de rubricas de contas e que a Junta de Freguesia até vai receber mais do que aquilo que estava previsto em virtude da alteração da fórmula de cálculo do preço ao quilómetro. -----

----- Finda a intervenção de Leandro Oliveira, usou da palavra o Presidente da Assembleia de Freguesia para perguntar ao cidadão Agostinho Pereira sobre se tem alguma sugestão a fazer em relação ao dia de realização da Assembleia, uma vez que já tudo foi tentado. Em resposta, disse Agostinho Pereira que é impossível agradar a todos mas deixa a sugestão para que os dias de realização das Assembleias sejam obtidos por comum acordo entre os cidadãos presentes nas mesmas. Por fim, disse João Novais a Agostinho Pereira que acredita num Estado Socialista que faz o melhor pelas pessoas, ao que Agostinho Pereira respondeu que não está em causa o facto de João Novais ser socialista, mas que entende que não o deve evidenciar tanto no exercício das suas funções. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi lida a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade, foi encerrada a presente sessão e nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, no âmbito do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia. -----

↓  
C. C. C.  
D

O Presidente da Assembleia de Freguesia



(João Manuel Fraga Novais)

A Primeira Secretária



(Helena Gabriela Castro Salgado)

A Segunda-Secretária



(Carla Daniela Oliveira Lopes)